

A EMERGÊNCIA DOS NOVOS ESTADOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL*

Guido F. S. Soares
Faculdade de Direito da USP

Uma das tarefas mais difíceis ao estudioso das relações internacionais, seja na perspectiva de sua dinâmica sincrônica ou diacrônica, seja no enfoque das normas que as regem, é ter de tratar com fenômenos extremamente mutáveis, no momento mesmo da análise, quer no panorama interno dos países analisados, quer na política dos outros Estados, quer, enfim nas novas configurações que se formam no universo, com as interações das citadas mutações. Se a emergência de novos Estados independentes no Século XX vem transformar as relações internacionais, ao trazer novos votos e novas reivindicações no cenário dos organismos internacionais, o relacionamento com antigas metrópoles, com os super-atores, EUA e URSS, e com Estados que, em épocas anteriores, nenhum interesse tinham na sua presença real no continente da África (China Continental, Japão, Cuba e Brasil), fatores históricos e políticos impedem um total revisionismo das políticas e da diplomacia das Nações recentemente libertadas.

O próprio fenômeno da libertação dos novos Países da África Negra demonstra algumas características da política internacional de nossos dias: a) o apequenamento do mundo, onde soluções de problemas locais e regionais são de interesse e de direta participação de todos os países, levando para o interior do continente africano as confrontações verificadas em outras partes (tais os antagonismos gerados no auge da Guerra Fria); b) a interdependência econômica dos grandes centros industriais, em relação ao fornecimento de matérias primas africanas, e dos países recém-independentes, dos suprimentos de produtos industrializados e de alimentos, por parte seja das antigas metrópoles, seja dos novos Estados, que procuram

* Comunicação apresentada na Mesa-Redonda sobre "Relações Internacionais" no primeiro Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos promovido pela ALADAAB, realizado na USP em novembro de 1984.

beneficiar-se dos despojos do colonialismo; c) a busca de alinhamento não-tradicional, tendentes a afastar os confrontos Ocidente-Países do Leste Europeu-China Continental, transformando as oposições ideológicas Leste-Oeste, numa realidade economico-política de cotejo Norte-Sul; d) revalorização dos foros internacionais, tais a ONU (GATT, UNCTAD) e criação de outros (Conferências de Bandung, de Casa Blanca, ou relações bi-e multilaterais) onde se buscam novas formas de relacionamentos, do tipo Sul-Sul, e onde as reivindicações dos novos países africanos, juntamente com os asiáticos (Japão excluído), tentam, com aqueles da América Latina, implantar o que se denomina a "Nova Ordem Econômica Internacional", numa busca de descoberta de novos tipos de regras de relacionamento entre os "Have not", entre eles, e com os países desenvolvidos.

A medida em que se distancia do ano de 1960, denominado de "o Ano da África" em virtude da grande concentração de movimentos de libertação bem sucedidos no período, mais e mais os mencionados movimentos se tornam cruentos, em virtude de guerras civis e da intervenção maciça de recursos e pessoal de países extra-africanos, e mais e mais a ameaça à paz mundial se torna evidente, pelo fato da confrontação direta Leste-Oeste no território da África. O exemplo é dado pela relativa tranquilidade da independência das antigas colônias de França e Inglaterra (excluídos, África do Sul, Quênia, e Zimbábwe, bem como a questão não resolvida da independência da Namíbia), que tiveram uma solução dentro de contextos negociados com as ex-metrópoles, sem interferência dos EUA ou URSS. Já na independência do ex-Congo belga, atual Zaire, assim como das ex-colônias portuguesas, por se acharem distanciados tais movimentos de 1960, os mesmos sofreram a participação de países extra-africanos que em épocas anteriores não tinham tido qualquer presença relevante no continente africano, com o conseqüente retardo da independência e guerras locais prolongadas, entre facções locais fortemente marcadas por oposições ideológicas e com a intervenção de mercenários regionais ou extra-africanos. Assim sendo, quanto mais se distancia do "Ano da África", mais se observa o fenômeno da interiorização no continente subsaariano das oposições EUA-URSS, com as variantes da entrada da China Continental no mesmo e da presença de oficiais e soldados cubanos. Por outro lado, as soluções seriam buscadas, não mais numa tentativa de resolver um "affaire de famille" entre ex-colônias e antigas metrópoles, mas com a intensa participação das organizações internacionais, em especial da ONU (a ativa participação das Forças de Emergência, os "capacetes azuis" da ONU, e do seu Secretário Geral, Dag Hammarskjöld, na crise do ex-Congo Belga; as condenações da África do Sul e de Portugal, pelo seu Conselho de Segurança). Claro está que, dado o apequenamento do mundo nos dias atuais, bem como a intrincada interrelação dos fenômenos da política internacional, a tipologia avançada para a análise não pode repousar tão somente nas forças exteriores dos países africanos; deve-se levar em conta, igualmen-

te, o tipo de organização política da ex-metrópole (conducente a maior ou menor diálogo com as forças de libertação local, grande em França e Inglaterra, nenhuma em Bélgica e Portugal. Neste último país, até a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, movimento liderado pelo General Spínola que derrubaria o Governo de Marcelo Caetano), suas ligações políticas com as super-potências (veja-se as ligações Portugal com os EUA, via OTAN, ou por causa das bases logísticas nos Açores para a aviação de ataque norte-americana na crise do Oriente Médio), assim como a capacidade de formação de lideranças políticas locais, advindas, sobretudo, do tipo de organização política dos novos líderes, herdada do tipo de colonização anteriormente implantada (menos paternalista, no caso de França e Inglaterra, totalmente predatória no caso de Bélgica e Portugal). Por outro lado, a maneira como se processou a descolonização, assim como o tipo de relacionamento entre colonos brancos e população local, irão influir nos movimentos de libertação: veja-se, a exemplo, a relação entre elementos colonizador e locais no Quênia, na ex-Rodésia do Sul (Zimbábue) e na África do Sul, lugares estratégicos onde a maioria branca, devido à posse privilegiada das melhores terras, influenciaria na formação das lideranças e, até mesmo, fortemente atrasaria os movimentos de libertação dos vizinhos (vide, em particular, o caso de Angola e Moçambique, vizinhos respectivamente da Namíbia e da África do Sul, constituindo este país um santuário natural de forças antilibertárias, a serviço das ex-metrópoles).

Tendo aprendido as lições da Indochina (Vietnã) e da Argélia, de que no Século XX não é factível a manutenção de um vínculo colonialista ostensivo e político, a França, em 23 de junho de 1958, passa uma "loi-cadre", no seu Parlamento, autorizando o Chefe do Executivo a empreender uma ampla política de descentralização nos "Départements d'Outre-Mer", com a realização de eleições locais. De Gaulle, o grande inspirador da Constituição Francesa de outubro de 1958 (V République), nela faria constar um capítulo especial sobre uma "Communauté", pela qual os delegados eleitos dos "Départements d'Outre-Mer" teriam assento no Parlamento em Paris, bem como conservariam autonomias locais. O fato é que de maneira unilateral, Sekou Touré, em 30 de outubro de 1958, obtém plebiscito contra a Constituição do mesmo mês e proclama a independência da Guiné (dita Conakri, para diferenciá-la, hoje, de seu vizinho, a Guiné-Bissau). Recebido como chefe de Estado por outros países e com todas as regalias nos organismos internacionais, o exemplo de Guiné seria seguido pelos outros países francófonos, em algumas tentativas de formações de federações, fracasadas. Assim, em 1960 foram reconhecidos independentes, tendo neste ano De Gaulle aceitado negociações com as antigas colônias: Mali (antiga República do Sudão, em 19 de junho), Madagascar (26 de junho), Congo-Brazzaville (15 de agosto), Gabão (15 de julho), República Centro-Africana (13 de agosto), Chad (11 de agosto), que não conseguiram formar a "comunidade contratual" inicialmente pretendida; e a Costa do Marfim (7 de agosto),

Daomé, atual Benin (1º de agosto) Burkina-Faso (5 de agosto) e Níger (3 de agosto) denominados "pays de l'entente". A República do Togo e os Camarões, então sob tutela da ONU e administrados pela França, acederiam à independência, respectivamente, em 24 de agosto e 1º de junho de 1960.

No que respeita à independência das antigas colônias britânicas, com as três e notáveis exceções da República da África do Sul, do Quênia e de Zimbábue (ex-Rodésia do Sul), seguia-se um esquema criado pelo pragmatismo inglês: de estatuto de "Crown Colonies", sem governo eleito no local, administrado a partir de Londres e com um governador mandado pela Rainha, passava-se ao "status" de colônia com um governador e legislativos próprios e eleitos no país, e com finanças independentes; em seguida, ganhava-se mais autonomia, com a instituição de um "self government" e votações realizadas sob a égide do "Colonial Office", que acabaria por reconhecer a independência do país e por admiti-lo no "Commonwealth". Assim se sucederam as independências: da antiga Costa do Ouro, atual Gana (1/VII/1960) Nigéria (1/X/1960) e Serra Leoa (27/IV/1961); Tanganica (1961) e Zanzibar (1964, este, já com a presença de esforços da China, URSS e Cuba) e que em 22 de abril de 1964 pelo "Act of Union" se tornariam a atual Tanzânia; dois dos três países da antiga Federação da África Central, Rodésia do Norte, hoje Zâmbia (20/X/1964) Niassalândia, hoje, Malawi (1º/VII/1964); Uganda (9/XI/1962), Botswana e Lesoto, em 1966 e a Suazilândia, em 1968.

Quanto ao Quênia, seu processo de independência foi mais difícil, devido ao fato de que as terras férteis (1/6 do país) eram disputadas por 6 milhões de africanos nativos, 150 mil indianos, 50 mil árabes e várias dezenas de milhares de colonos britânicos, detentores da melhor fatia. Em 1947, Jonas Kenyata, intelectual formado em Londres, primeiro antropólogo africano a criticar o colonialismo e grande líder nacionalista, funda o partido popular "Kenya African Union", e, paralelamente a ele — e por vezes com sua cumplicidade — surge o movimento Mau-Mau, sociedade secreta, política e religiosa, que pregava a independência através de atentado terrorista, a tomada violenta das terras dos colonos brancos e a supressão total do cristianismo. Após a tentativa de erradicação do movimento Mau-Mau, da prisão de Kenyata e uma revolta que durou até 1955, os britânicos acordaram uma Constituição em 1958 e um novo partido foi formado, sob a presidência de Kenyata, o Kenya African National Union (KANU). Nas eleições de maio de 1963, tendo a KANU obtido 75% dos votos nas eleições para o Parlamento, a independência ao Quênia foi outorgada.

No que respeita à África do Sul, é mister considerar a situação extremamente privilegiada do país, no que se refere à sua posição estratégica, de passagem obrigatória das maiores rotas marítimas do mundo, seu extraordinário desenvolvimento econômico após a II Guerra Mundial (somente ultrapassado pelo experimentado pelo Japão) e o tipo de produtos estraté-

gicos para a economia mundial que exporta: urânio, ouro, diamantes industriais, titânio e nióbio, dentre outros. Possuidora das terras mais férteis da África subsaariana e dado o tipo de colonização que nele se empreendeu, (veja-se, a exemplo, seu sistema jurídico baseado no direito escrito de origem holandesa), sua política de feroz "apartheid" em particular após 1958/60 (da criação da "Bantu homelands", sob a égide de Hendrick Verwoerd), poderia desafiar o mundo inteiro, tornando as sistemáticas condenações da ONU em frágeis papéis de letra morta. Em 1961, após um plebiscito, proclamou sua independência unilateral, retirou-se do "Commonwealth" e, declarando-se uma república, passaria a servir lugar de refúgio a movimentos retrógrados de guerrilheiros que, a partir de seu território, operariam, em Moçambique e, a partir da Namíbia, território sob sua tutela, em Angola. Quanto à Namíbia, embora vencidas as condições impostas pela ONU quanto ao mandato conferido à África do Sul, esta não se retira, não declara a independência da mesma e continua a desafiar a comunidade das Nações na atualidade. Ao contrário, seguindo sua política de segregacionismo, unilateralmente, proclama a independência do Ciskei, Transkei e da Bafutatswana, redutos de minorias raciais agregadas à força, e que não seriam reconhecidos por qualquer país do mundo.

Quanto à ex-Rodésia do Sul (atual Zimbabwê), a presença de ativa minoria branca fortemente apoiada pela África do Sul na sua igualmente repudiável política de "apartheid", em particular após as eleições de 1962, com a vitória nas eleições da Frente Rodesiana de Ian Smith, tornaria a questão da independência numa luta fratricida, com interferência dos países vizinhos, denominados Países da Linha de Frente (Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Angola e Botswana) e da África do Sul com seu apoio ostensivo. Outro fator a agregar no caso da independência do Zimbabwê, foi a independência de seus vizinhos, Moçambique e Angola, que passariam a servir de aliados aos movimentos nacionalistas. Após 14 anos de sucessão do "Commonwealth" e de 7 anos de guerra civil com um saldo de 25 mil mortos, o Zimbabwê teve sua independência reconhecida por Londres, na conferência constituinte reunida no Lancaster House de setembro a dezembro de 1979. Teve suas primeiras eleições, como país independente, realizadas em fevereiro de 1980, com a vitória de Robert Mugabe, eleito Primeiro-Ministro, colocando-se um final na supremacia dos brancos no Governo e no Parlamento do país.

O caso da libertação do ex-Congo Belga (como era denominado na imprensa: Congo-Léopoldville), atualmente Zaire, oferece o especial interesse de ter levado os assuntos africanos para a preocupação de toda comunidade internacional, interiorizando as oposições da Guerra Fria no continente africano. Representa, ademais, o despertar da política exterior dos EUA para a África Negra, com sua intervenção direta e não mais via suas multinacionais. Com efeito, a Crise do Congo que se seguiu após a prematura declaração de independência do país pelo Rei Leopoldo em 1960, foi

uma ameaça real à paz mundial, pelo confronto direto dos EUA e URSS na região. Resultou na morte, por acidente aéreo, do Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, em visita de inspeção ao local, e na definitiva implantação da influência norte-americana no país. O rio Congo, escoadouro natural das riquezas minerais do Zâmbia e do Zaire, este produtor de 3/4 do cobalto e de 1/2 do tantálio para os EUA, minerais estratégicos essenciais para indústria aeroespacial, a pedra de toque das rivalidades autais (corrida espacial), era igualmente presa desejada por soviéticos e chineses. Após a independência de Guiné, os líderes Kasavubu e Patrice Lumumba, não hesitaram em iniciar movimentos pela libertação do país. Em 1960, com a rebelião de soldados belgas contra o Governo liderado por Lumumba, pró-soviético, assim como pela secessão da rica província petrolífera de Katanga, liderada por Moisés Tshombé, (manobra da superpoderosa empresa belga Union Minière du Haut Katanga) seguida pela da rica província de Kasai (só ela responsável pela exportação de 80% de diamante industriais necessários aos EUA), abre-se a crise entre Lumumba e Kasavubu tendo o coronel comandante das forças armadas, Mobutu fechado as casas do congresso e expulsado os técnicos soviéticos apoiados por Lumumba. Este, preso e entregue aos Katangueses, foi assassinado em janeiro de 1961. Neste mesmo ano, o ONU (cujos "capacetes azuis" se encontravam no país a pedido de Kasavubu, propõe um plano de paz; após investidas contra Katanga e Kasai que retornam ao país, e a retirada das tropas da ONU em 1964, com um curto interregno do Governo de Tshombé, em 1969, o coronel Mobutu assume a presidência da República, após um golpe em que derruba Kasavubu. No seu afã de dar uma "authenticité" ao país, Mobutu rebatiza o país, Zaire, e sua Capital (ex-Léopoldville), Kinshasa, e a ele próprio, Mobutu Sese Seko (de nome cristão: Joseph Marie Mobutu).

No que se refere à independência das antigas colônias portuguesas (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), é mister considerar o jogo estratégico na Europa e no Oriente Médio (as concessões obtidas de Portugal e enormes investimentos feitos pelos EUA nas ilhas dos Açores, natural ponta de lança para os bombardeiros norte-americanos, em relação à OTAN e a seu tradicional aliado, Israel). Explícitam-se assim ligações EUA-Portugal, a presença agonizante de um regime ultrapaternalista salazarista na figura de Marcelo Caetano, cuja deposição era pressentida por soldados e pelo povo português, bem como os interesses locais de capitais norte-americanos na África Austral (a presença da "Gulf Oil Corporation" na rica província petrolífera de Cabinda, o controle da produção de diamantes industriais em Angola por capitais britânicos, sulafricanos e norte-americanos, bem como a luta pelo controle da ferrovia de Benguela, vital escoamento da produção minerária do Zaire e de Zâmbia para o porto de Lobito, um dos principais da África Austral). Os movimentos de libertação das antigas colônias portuguesas têm em comum;

a) o tipo uniforme da colonização portuguesa, que de nenhuma forma permitira a formação de líderes locais; b) a presença maciça e decisiva de recursos e armamentos advindos da URSS e EUA e seus satélites, assim como, pela primeira vez, a ativa participação direta de efetivos humanos (conselheiros e soldados) provindos da América Latina, China, Cuba, e de mercenários locais ou de alhures, que permaneceriam no país, tão logo conseguida a independência; e c) todos se prendem ao movimento de derrubada em Portugal do regime de Marcelo Caetano, a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, cujo estopim foi a publicação do livro "Portugal e o Futuro" do então herói nacional, General Spínola, antigo Governador Geral da Guiné-Bissau, em que se mostrava a impossibilidade da continuação da política salazarista em África. Após a queda de Marcelo Caetano, em Portugal, o regime que se implantaria, do socialista Mário Soares, facilitaria e aceleraria os entendimentos entre a antiga metrópole e as ex-colônias, no sentido da obtenção e reconhecimento de sua independência. É inegável, que, além do auxílio direto dos EUA e da URSS às partes em conflito, os movimentos de libertação das antigas colônias portuguesas foram marcados por figuras altamente carismáticas e patrióticas, de verdadeiros líderes locais: tais um Amílcar Cabral (fundador do PAIGC e responsável pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde), Agostinho Neto (líder do MPLA, em Angola) e de Mondlane (líder e fundador do FRELIMO, em Moçambique). Finalmente, no caso das ex-colônias portuguesas, é igualmente de suma relevância que sua independência foi conseguida após lutas severas, onde a vontade de ser livre foi imposta a Portugal, que até 1974, não permitia qualquer tipo de negociação com as forças de libertação africanas. Foram assim proclamadas as independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde, em 24 de setembro de 1974; de Angola, em 11 de novembro de 1974 (com a supremacia política-militar do MPLA, sob a liderança de Agostinho Neto) e Moçambique, em 6 de setembro de 1974 (Acordos de Lusaka, entre Samora Machel e Mário Soares).

Examinados sucintamente os movimentos de libertação dos novos países da África subsaariana, é mister examinar as conseqüências de sua emergência como Estados independentes, para a política internacional, neste último quartel do Século XX. Para tanto, numa tentativa de simplificação metodológica, agruparemos aquelas conseqüências em dois sub-tópicos: a) reflexos de ordem político-econômica nas relações bilaterais e b) reflexos nas relações internacionais e no Direito Internacional vigente.

Se antes da independência dos novos Estados africanos as relações se davam a um nível de monopólio exercido pelas antigas metrópoles, a partir da mesma as relações econômicas experimentam certa liberalização de controles por parte dos compradores de produtos africanos, com uma relativa implantação das leis de mercado internacional. Embora se possa dizer que os novos Estados tenham maior possibilidade de diversificação de compradores, o fato é que permanece pífia sua capacidade de barganha:

com efeito, a falta de uma industrialização mínima em períodos anteriores, bem como a especialização da economia local para a exportação de matérias-primas, fizeram os novos Estados subsaarianos (África do Sul excluída) totalmente dependentes de mercados externos, com poucas possibilidades de inverter, a curto prazo, sua situação. Por outro lado, a substituição dos antigos compradores por outros com melhores ofertas é lenta e, tanto no caso da substituição da ex-metrópole por países recém-chegados em África (vide em especial a entrada dos EUA, URSS, China Continental no Zaire, em substituição à Bélgica; da Alemanha Federal, em novas formas de sua política africana, de penetração financeira e comercial, do Japão, de Cuba e do Brasil), quanto no caso de reformulações de políticas com as antigas metrópoles, cujos interesses ainda são fortes e presentes em África, a situação dos novos Estados africanos continua a ser de posição de barganha inferiorizada, pouco distante daquela situação existente nos tempos das colônias.

Dada a extrema dependência da indústria européia dos produtos africanos (petróleo, minérios básicos e estratégicos), na reorganização das relações comerciais e da economia da Europa Ocidental, que se empreendeu com a criação das Comunidades Econômicas Européias (Mercado Comum Europeu), os novos Estados não poderiam deixar de ser considerados. Assim é que, com as Convenções de Lomé, criou-se uma associação entre os Estados de África e os países membros daquelas Comunidades.

Fatores complicadores de qualquer análise das relações dos novos Estados africanos com o resto do mundo, são a presença, em África, de duas sortes de atores na cena internacional, que escapam ao controle dos Estados, e que portanto refogem à ação clássica da diplomacia: trata-se da presença e atuação das multinacionais e do comércio clandestino de armas, juntamente com a presença de mercenários apátridas. No primeiro caso, basta citar a "Gulf Oil", multinacional incorporada nos EUA — que, sem embargo do crescimento e atuação de militares cubanos em Angola e apesar da política hostil dos EUA em relação àquele país (que sequer era diplomaticamente reconhecido pelos EUA) — tranqüilamente extraía 160 mil barris de petróleo diários em Cabinda, com uma previsão de 200 mil para 1983. No que respeita à ação de mercenários, se puderam ser eventualmente úteis nos períodos das guerras de libertação, sua continuidade, após a independência, no território dos novos Estados, pode ser um fator de grande desestabilização, o mesmo se podendo dizer dos efeitos do comércio não oficial de armamentos, feito por grupos privados.

No caso específico das relações bilaterais Brasil-novos Estados africanos subsaarianos, a primeira tentação a evitar é fazer uma comparação com a atuação de Cuba. Se tal comparação talvez seja possível no contexto das relações multilaterais (numa suposta rivalidade entre Brasil e Cuba para a liderança dos países do Terceiro Mundo, conforme se buscará demonstrar nas conclusões desta comunicação) é descabida na análise das relações

bilaterais. Na verdade, o motor da atuação de Cuba na África tem sido sua aliança e pertença ao bloco socialista, mais próximo a Moscou do que a Pequim; portanto, interesses eminentemente políticos e ideológicos. Quanto ao Brasil, os motivos de sua penetração em África têm sido preferentemente comerciais, sem qualquer ligação com seu aliado os EUA, que, bem ao contrário, em áreas de influência comercial, financeira ou militar, não permitirão um concorrente, que ainda por cima é seu devedor. Possivelmente uma Brasil e Cuba, em relação a interesses em África, a presença em ambos de uma forte influência da cultura africana e de sua assimilação pelas culturas dos respectivos países.

No que respeita aos reflexos da emergência dos novos Estados africanos ao Sul do Saara para a política internacional e para o Direito Internacional, suas conseqüências são riquíssimas de significados e inovações profundas. Na verdade, com a afluência maciça de novos votos nos organismos internacionais, em especial na Assembléia Geral da ONU, emergiu um tipo de bloco, dentro do qual, em que pesem ideologias conflitantes entre seus membros ou interesses setorizados dispares, há uma homogeneidade nas suas reivindicações político-diplomáticas. Trata-se da emergência do Terceiro Mundo, entidade que buscará mudar as regras do relacionamento internacional tradicional (baseado nos princípios da igualdade absoluta jurídica e econômica entre os Estados, fundando relações contratuais de justiça comutativa, com soluções jurídicas de conflitos elaboradas pelos países europeus nos séculos anteriores, quando inexistiam os novos Estados e que, portanto não poderiam ter participado na elaboração daquelas regras) e, em seu lugar, instituir uma *Nova Ordem Econômica Internacional* e um novo *Direito Internacional do Desenvolvimento*. Da atuação dos novos Estados afro-asiáticos e dos países da América Latina, pode-se dizer que na atualidade, na política internacional, afastada a oposição Leste-Oeste, o confronto Norte-Sul tende a ser superado por um melhor relacionamento político e econômico Sul-Sul.

A criação, na Conferência de Addis Abeba de 26 de maio de 1963, da Organização da Unidade Africana, OUA, importantíssimo organismo internacional que agrupa os novos Estados africanos, tem tido sua função, em especial, na difícil fase de reconhecimento de novos Estados. Assim, um novo Estado, tão logo conquistava sua independência, em geral no meio de lutas ainda em curso, a primeira providência que tomava, era buscar o reconhecimento de seus pares, na OUA (veja-se, a exemplo, a função da OUA em não reconhecer os pseudo-Estados criados pela África do Sul). Era condição para que todos os demais Estados da comunidade internacional passassem a reconhecer seu novo membro, inclusive com a admissão na ONU.

Ao instituir os princípios da igualdade soberana de todos os Estados africanos, a intangibilidade das fronteiras, ainda que herdadas do período colonial, da não subversão entre eles e do não alinhamento a blocos, sobre-

tudo ideológicos, a OUA tem servido, também, de foro de formação de políticas de unanimidade na criação do novo Direito Internacional do Desenvolvimento. Tal direito novo, baseado nos postulados da justiça distributiva (da igualdade relativa ou proporcional entre os Estados), tem soluções próprias para os novos Estados que são, na verdade, copartícipes com os Estados europeus, de sua formulação, e portanto, se sentem obrigados por uma regra de conduta que ajudaram a criar.

De igual forma, na criação da chamada Nova Ordem Econômica Internacional, há várias manifestações da atuação dos países do Terceiro Mundo quanto à sua necessidade de implantação, e que demonstram uma oposição, agora, de dois blocos: de um lado os países afro-asiáticos e latino americanos e de outro, os países europeus (inclusive os do Leste Europeu), os EUA e Canadá e o Japão. As reuniões das Conferências de Bandung, 1955, passando pelas de Belgrado, Cairo, e a Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, de Havana de 1979, demonstram a emergência da consciência de que a oposição Norte-Sul (países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento) pode ceder, frente a uma política concretada entre os países do Terceiro Mundo (relações Sul-Sul). Foi, igualmente, em virtude de tal consciência, que, na ONU, a partir de 1964, emergiu a UNCTAD, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, que tem procurado estabelecer as condições de melhor e mais justo relacionamento entre os "Have" e os "Have-not".

Enfim, as palavras finais sejam de breves considerações sobre o que o Brasil poderá vir a ser chamado nas denominadas relações Sul-Sul, possivelmente num papel de destaque, sobretudo em relação aos novos Estados subsaarianos. Além da importância da cultura que aproxima o Brasil deles, a produção industrial brasileira pode ser um possível concorrente de clientes tradicionais, bem como os conhecimentos tecnológicos e científicos hauridos no Brasil podem ser de mais fácil assimilação nos novos Estados. Merece destaque, os conhecimentos brasileiros a respeito de medicina tropical, de engenharia e arquitetura de país tropical em condições mais próximas dos novos Estados Africanos do que antigas metrópoles ou dos novos atores em África (EUA, URSS, Japão, Alemanha Federal). Neste particular, o sucesso da participação da China Continental nos empreendimentos locais pode ser um indicativo de que, em condições relativamente semelhantes de desenvolvimento econômico, os países pertencentes ao Sul têm viabilidade de estabelecer um procedimento de cooperação mutuamente proveitoso.

Tais são pessoais opiniões, que tenho a honra de apresentar a este ilustre auditório, com agradecimentos pela honra de ter sido convidado a dar minha contribuição na presente Mesa-Redonda sobre "Relações Internacionais", no Primeiro Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, realizada na USP, em 7 de novembro de 1984.